QUAL A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA? REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Raiza Fernandes Bessa de OLIVEIRA

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE)

Eixo 09 - Formação e profissionalização docente

raiza.oliveira@unesp.br

Palavras-chave: Função social da escola. Formação inicial de professores. Fundamentos da Educação.

Resumo

Este trabalho apresenta um relato de experiência baseado no desenvolvimento de uma disciplina intitulada “Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação”, ministrada em cursos de licenciatura de uma universidade pública em 2025. O componente curricular objetiva subsidiar a compreensão das bases históricas e sociais do fenômeno educativo, estabelecendo relações dialéticas entre sociedade, educação e escola. A disciplina abrange a gênese da educação na sociedade capitalista, teóricos clássicos da área da educação e debates contemporâneos sobre a função social da escola pública no Brasil. As reflexões apresentadas neste texto emergiram dos conteúdos e das discussões com futuros docentes acerca dos desafios da educação básica brasileira. Ao longo da disciplina, evidenciaram-se dilemas problematizados pelos estudantes que, como egressos do sistema público e futuros profissionais da educação, denunciam a precariedade das condições de escolarização – tanto em infraestrutura quanto no acesso a conteúdos de qualidade. Nesse contexto, assume-se a urgência de discutir os fins da educação pública, conferindo visibilidade às experiências de jovens submetidos às políticas atuais. O cenário é particularmente dramático nas escolas estaduais de São Paulo, onde se manifesta uma clara resistência estudantil contra a implementação do Novo Ensino Médio – especialmente nos itinerários formativos e projetos de vida – e a expansão das plataformas educacionais. A partir das memórias da docente e de registros das atividades realizadas pelos estudantes, o relato aborda temas, debates e reflexões que emergiram durante as aulas da referida disciplina. Conclui-se que o desenvolvimento da disciplina reafirma a relevância dessas temáticas para a consolidação de uma formação docente crítica e comprometida com a transformação da realidade educacional, o que passa, necessariamente, pela qualidade da formação inicial dos professores.

Palavras-chave: Formação inicial de professores. Função social da escola. Fundamentos da Educação.

1. Introdução

A sociedade na qual se vive atualmente delimita a formação do homem e suas relações enquanto ser social. Para entender a realidade social é necessário partir dos indivíduos reais e de suas condições de vida, que são resultado de um processo histórico e social, considerando que o homem se faz pelo acesso aos bens materiais e não materiais socialmente produzidos. Na ordem capitalista, o acesso a esses bens não está dado a todos da mesma forma, constituindo-se relações contraditórias e antagônicas entre as classes que compõem um cenário social cada vez mais complexo. Essa disputa torna-se evidente também no campo educacional, no qual concepções críticas e progressistas de educação se colocam frente a novas e antigas forças conservadoras e neoliberais que visam fragilizar a escola como espaço de formação humana crítica e transformadora.

Assim, este trabalho objetiva apresentar e discutir experiências e reflexões que se deram na atuação em cursos de formação inicial de professores de uma universidade pública, mais especificamente no desenvolvimento de uma disciplina da área de Fundamentos da Educação em cursos de licenciatura – em Letras, Química, Física, Ciências Biológicas e Matemática – refletindo sobre as discussões tecidas e sua importância na formação dos futuros professores, bem como sobre as vivências, percepções e relatos desses estudantes, em sua maioria egressos do ensino médio público de escolas estaduais de São Paulo.

2. Referencial Teórico

Os referenciais teóricos delimitados neste relato de experiência refletem algumas das teorias, conceitos e autores estudados ao longo do desenvolvimento da própria disciplina junto aos licenciandos. Um fio central de discussão, neste trabalho e no componente curricular, é o conceito de função social da escola pública.

Para discutir tal conceito e as problemáticas da atualidade, é necessário compreender como essa instituição se tornou central ao longo da história humana. Ao longo de sua criação e reorganização histórica, a escola passou a ocupar importante papel nas sociedades capitalistas, nas quais se torna um lugar propício para se adaptar às relações sociais e de trabalho vigentes, ou seja, um espaço e tempo para preparar as gerações futuras para o trabalho, prevalecendo a ideia, essencial para a perspectiva dominante, de se aprender apenas o necessário para essa ocupação e classe social, respeitando a ordem social sem questioná-la (Fernández Enguita, 1989). A retomada histórica da educação permite identificar como, desde sempre, ela se

caracterizou como espaço de consolidação de poder e de hegemonia de determinados grupos e de formação das massas, tendo em vista objetivos definidos.

Assim, como aponta Saviani (2000), a educação formal – a escola –, pode atuar no sentido de tentar contornar acidentes na estrutura vigente, impedindo que as contradições existentes sejam percebidas e consolidando o *status quo* presente na sociedade. Porém, pode também desempenhar o papel inverso de, a partir dos elementos postos na sociedade atual, tornar essas contradições explícitas, acelerando o movimento da história humana, contribuindo de forma fundamental com a transformação das estruturas da sociedade. Por isso, fato é que a educação tem referência na sociedade e no momento histórico no qual se situa, em um movimento de ação recíproca sobre esse contexto, nem independente e nem totalmente determinada (Saviani, 2000, 2021).

Na atualidade, a perspectiva neoliberal tem imposto novos e maiores desafios ao campo educacional e às possibilidades de consolidação da escola como espaço de formação humana. De acordo Lombardi e Sanfelice (2007), tal perspectiva coloca a educação como subordinada ao mercado, movimento no qual as pessoas devem se caracterizar como cidadãos úteis e produtivos. A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos seguindo a mesma lógica, o que se reflete na sua gestão, nos currículos e nas avaliações, que passam a se basear na racionalidade instrumental em detrimento de uma real consciência da sociedade e da realidade humana.

Os autores apontam ainda que, desde os anos 1990, o projeto neoliberal de educação e de sociedade vem se aprofundando no Brasil, o que implica em novas formas de sociabilidade e transformações no desenvolvimento do sistema educacional, recaindo sobre a escola as demandas de uma sociedade movida por esse ideal (Lombardi; Sanfelice 2007).

Nos últimos anos, portanto, evidencia-se a ampliação e consolidação de desta perspectiva – neoliberal, neoconservadora e centralizadora –, construindo a educação pública como espaço cada vez mais aberto para a atuação da iniciativa privada e, por outro lado, promovendo a dissolução de articulações em defesa da formação humana crítica e integral. Na perspectiva capitalista, o acesso à educação se torna cada vez mais difícil, os conteúdos cada vez mais fragmentados e o processo educativo cada vez mais submetido à lógica de mercado, e de educação como mercadoria.

Como dito, a educação se dá sempre em vista a determinados objetivos. Em uma perspectiva crítica e emancipatória, a educação para a libertação e transformação exigiria escolas diferentes daquelas que hoje se tem, com uma organização curricular e recursos também distintos. Saviani (2021) defende que a democracia envolve

diretamente a qualidade do ensino destinado às camadas populares. A prioridade do conteúdo (relevantes, significativos) para a participação política da população se revela como forma de luta contra a farsa do ensino, isso porque o domínio da cultura é o instrumento indispensável para essa participação, sem o qual a imensa maioria dos brasileiros permanece marginalizada.

Entende-se, portanto, que, sem o domínio dos conteúdos, do conhecimento científico e da cultura, as camadas populares seguem em condição desigual de participação e consciência, o que limita suas possibilidades de compreensão, intervenção e transformação da realidade à qual estão submetidas. Como bem delimita Saviani (2021), “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então dominar o que os dominantes dominam é condição para a libertação”. Entende-se ser, exatamente, esse o objetivo de políticas educacionais recentes que nada mais fazem além de retirar condições básicas para o pleno acesso aos conhecimentos das crianças e jovens que frequentam as escolas públicas brasileiras.

Nessa crítica, vale a pena destacar alguns movimentos que se relacionam diretamente às discussões tecidas ao longo da disciplina e às vivências dos licenciandos.

Um primeiro ponto é a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), marcada por lutas políticas e econômicas, na qual setores que tomam a educação como mercadoria buscavam a consolidação de suas concepções e agendas. Destaca-se, ainda, a mudança na composição da equipe que organizava o documento após o golpe de Estado sofrido pela então presidente eleita Dilma Rousseff, com evidente entrada, sempre mais forte e efetiva, do setor privado, de empresas do ramo educacional, fortemente alinhadas à formação de pessoas para o mercado de trabalho, à venda de materiais apostilados e plataformas, e às avaliações em larga escala. Em seguida, no contexto político e social, presenciou-se a ascensão da extrema direita, com a chegada ao poder, nas eleições de 2018, tendo Jair Bolsonaro como presidente eleito, cenário que causou, e ainda causa, desafios e retrocessos sem precedentes na realidade brasileira (Saviani, 2023).

Tal empreitada também visava fazer da BNCC uma pauta em prol da “qualidade” da educação pública, aproveitando-se amplamente das possibilidades de venda de recursos, materiais didáticos e cursos de formação de professores, reforçando uma visão mercadológica. Como toda luta política, as discussões sobre uma base nacional comum curricular envolvem pólos antagônicos que visam a sua consolidação no poder, isso pode ser evidenciado nas mudanças no texto da BNCC ao longo das diferentes versões, na qual temas/conceitos desaparecem (gênero,

sexualidade, combate à discriminação e preconceito, etc), enquanto outros foram sendo assumidos como primordiais (competências, flexibilidade, resiliência).

Como apontam Souza, Giorgi e Almeida (2018), nesses embates e rupturas, prevaleceram os interesses do setor privado, com forte participação e impacto de grandes empresas do ramo educacional. Evidencia-se, assim, que a educação e o currículo se constituem como campos de disputa política, econômica e ideológica.

A concepção de conhecimento posta na BNCC o assume como apenas um meio para o desenvolvimento de competências. Diferentemente da concepção de educação como acesso aos conhecimentos historicamente estabelecidos pela humanidade, produzindo e ampliando a sua própria humanização, de modo a formar pessoas críticas e emancipadas, a BNCC assume uma visão reducionista de educação como produto e como meio para formação de massa trabalhadora, no qual o conhecimento é apenas um recurso para o desenvolvimento de determinadas competências úteis ao mercado de trabalho.

Esse cenário emerge somado à outras fontes de precarização da educação pública, como a reforma do ensino médio e a plataformização da educação (adoção de plataformas digitais para as atividades de ensino).

A reforma do Novo Ensino Médio, que teve primeira aprovação em 2017 e foi alterada em 2024, avançou sobre a escola pública brasileira aprofundando as desigualdades socioeconômicas e esvaziando o sentido da formação humana integral e de qualidade (Barbosa; Alves, 2023). Sob a falsa premissa da livre escolha, a divisão por "itinerários formativos" penalizou as redes mais precárias, que não conseguem oferecer opções reais aos estudantes, limitando seus horizontes. Na prática, especialmente no modelo vigente entre 2017 e 2024, a reforma retirou conteúdos científicos e humanísticos essenciais – como Sociologia e Filosofia –, que perderam espaço para disciplinas improvisadas e tecnicistas alinhadas à lógica vigente.

Longe de modernizar a educação, o modelo transferiu a responsabilidade do Estado para o indivíduo, preparando os jovens das classes populares para o subemprego, tendo a flexibilidade como característica importante, em vez de garantir conteúdos que os coloquem em condições de acesso à universidade. Assim, a reforma se consolida como um projeto de exclusão que cerceia o pensamento crítico e amplia o abismo social e educacional no Brasil.

As plataformas, por sua vez, assumidas em larga escala pelo governo do estado de São Paulo, aceleram ainda mais esse movimento, impondo novos desafios ao trabalho docente e à aprendizagem efetiva dos jovens. Na rede estadual de São Paulo, a plataformização, intensificada na gestão de Tarcísio de Freitas e do secretário Renato Feder, submete o processo pedagógico à lógica de aplicativos e algoritmos

privados. Sob o pretexto da modernização, a imposição de metas quantitativas e o monitoramento constante reduzem a autonomia docente, transformando a docência em um trabalho controlado, vigiado, burocrático e sem sentido (Barbosa; Alves, 2023).

> Tal movimento, associado a ações pragmáticas e utilitárias no quadro de uma perspectiva neotecnicista, atribui ao aparato tecnológico a melhoria dos processos educacionais, e adota de maneira irrefletida instrumentos digitais que operam pela via do controle e da padronização, sem avaliar o substrato político e ideológico (Barbosa; Alves, 2023, p. 9).

Esse modelo tem, assim, substituído as possibilidades de um ensino pautado no acesso ao conhecimento científico, no debate crítico e na relação humana entre professor e aluno e entre os alunos, privilegiando telas e conteúdos padronizados, aprofundando as desigualdades entre os estudantes, em especial ao se considerar os contexto público e privado. Em vez de solucionar as deficiências estruturais históricas da escola pública, tal política tem esvaziado o papel transformador da escola, convertendo o direito à educação em um balcão de negócios para grandes corporações de tecnologia.

> Com contratos milionários, o estado tem investido massivamente em recursos e plataformas digitais, que revelam, por um lado, o avanço da privatização da educação que adquire maior capilaridade e amplia a indistinção do público e privado, o que movimenta uma grande disputa dos setores privados pelos recursos públicos; e, por outro lado, a plataformização a serviço da padronização e fortalecimento de intervenções de natureza avaliativa e gestão por resultados, que acarreta na desqualificação e precarização do trabalho docente bem com no esvaziamento científico e pedagógico dos processos formativos (Barbosa; Alves, 2023, p. 9).

Diante do exposto, fica claro que a preocupação reside na instrumentalização técnica dos sujeitos para responderem a demandas sociais e profissionais colocadas pela sociedade atual (Leal; Lima, 2021), o que vai na contramão de uma formação humana crítica e emancipatória, representando, graves prejuízos à formação dos jovens das escolas públicas e, em última instância, em graves retrocessos em termos de consolidação da frágil democracia brasileira.

3. Experiências na formação inicial docente e a percepção dos egressos acerca da educação pública

Com carga horária de 60 horas, a disciplina intitulada “Fundamentos Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação” é uma componente obrigatório das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura do campus no qual esta experiência docente foi realizada. A partir das memórias da docente e de registros escritos retirados das atividades realizadas pelos estudantes, esse relato aborda temas, debates e reflexões

que emergiram durante as aulas da referida disciplina nos cursos de licenciatura em Letras (1º ano), Química, Física, Ciências Biológicas e Matemática (2º ano).

Em relação às turmas, no ano de 2025, os alunos estavam organizados em cinco turmas. No formato semestral, contou-se com três turmas: licenciatura em Matemática e Ciências Biológicas (turmas juntas, período integral); licenciatura em Química e Física (turmas juntas, período integral) e licenciatura em Matemática (noturno). Já no formato anual, a disciplina foi realizada nos cursos de licenciatura em Letras (integral e noturno). No total, somaram-se cerca de 130 estudantes, distribuídos nas cinco turmas.

A disciplina visa oferecer estudos e discussões que levem a compreensão dos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação para o desenvolvimento da prática pedagógica do professor na atualidade. Perpassa o estudo acerca da origem e do desenvolvimento histórico da educação na sociedade capitalista, estabelecendo relações entre sociedade, a educação e escola, a partir de diferentes perspectivas teóricas. Aborda ainda o estudo de alguns dos principais teóricos do campo educacional, além de temáticas e problemáticas do cenário educacional brasileiro na contemporaneidade, discutindo a função social da escola pública e buscando levar a uma leitura crítica e consciente por parte dos licenciandos.

Em relação aos conteúdos, a disciplina foi organizada passando pelas áreas de história da educação, filosofia da educação e sociologia da educação, abordando-se temas como: origem e desenvolvimento histórico da escola pública na sociedade; liberalismo, neoliberalismo e educação; educação em uma perspectiva sociológica; importância da filosofia na formação do professor; fundamentos filosóficos de diferentes teorias pedagógicas; e relação entre saberes e conhecimentos na prática pedagógica do professor. As aulas foram desenvolvidas em formato de aulas expositivas, aulas expositivas dialogadas, atividades em pequenos grupos e atividades individuais. As atividades de avaliação se deram por meio de seminários, provas escritas individuais e produção de texto dissertativo com o tema “A função social da escola pública no Brasil”.

Ao longo da disciplina, a partir de suas vivências, os estudantes apresentaram uma série de problemáticas e questões que, como egressos do sistema público e futuros profissionais da educação, denunciaram a precariedade das condições de escolarização – tanto em relação à infraestrutura como em relação ao acesso a conteúdos e aprendizagens significativas. Nesse contexto, assume-se a urgência de discutir os fins da educação pública, conferindo visibilidade às experiências dos jovens submetidos a políticas neoliberais que guiam as escolas públicas, em especial no Ensino Médio. O cenário mostra-se particularmente dramático nas escolas estaduais

de São Paulo, onde se manifesta uma clara resistência estudantil contra a implementação do Novo Ensino Médio – especialmente nos itinerários formativos e projetos de vida – além da expansão das plataformas educacionais.

Em diferentes momentos da disciplina, foi possível depreender as vivências e percepções dos alunos em relação ao seu processo de escolarização, em especial no Ensino Médio, sendo frequente o posicionamento crítico em relação a essas experiências. Foram diversos os relatos de estudantes sobre o não acesso à diversas disciplinas, essencialmente disciplinas das ciências humanas, como filosofia e sociologia, bem como condições precárias de estudo, tendo aulas com professores sem formação específica ou apontando ainda a impossibilidade de cursar itinerários que seriam de sua preferência.

Outro ponto central nos relatos envolveu o impacto da reforma do ensino médio na experiência escolar, uma vez que indicaram uma dualidade perversa: de um lado, a promessa de "escolha" e flexibilidade; de outro, a precarização dos conteúdos científicos e humanistas. No que diz respeito à possibilidade de escolha, foram muitos os relatos acerca de fechamento de turmas, de oferecimento de apenas um itinerário pela unidade escolar, bem como a crítica ao acesso a conteúdos esvaziados e sem sentido, em detrimento de conteúdos importantes e que seriam, inclusive, cobrados nos vestibulares. Com frequência, os egressos de escolas privadas puderam contrastar esses relatos com as suas próprias experiências, indicando que, para muitos deles, o impacto teria sido menor.

> [...] as escolas de estudantes mais pobres estão sendo submetidas a um esvaziamento curricular muito mais profundo do que aquelas que atendem jovens mais privilegiados. Falta infraestrutura, faltam professores/as e faltam políticas de permanência estudantil para permitir que jovens trabalhadores/as possam frequentar as tão comemoradas escolas de tempo integral (Cássio; Goulart, 2022, p. 289).

Nesses relatos, os futuros professores pareciam se enxergar como “sobreviventes” de um sistema organizado para os fazer desistir pelo caminho. Porém, embora tenham alcançado o ensino superior, o não acesso a uma educação básica de qualidade seguia sendo um desafio a ser superado, posto que chegam ao espaço universitário com defasagens em relação aos conhecimentos esperados.

Foram recorrentes as falas em relação à centralidade das plataformas, que visam “legitimar” um conhecimento, muitas vezes não efetivado pelos alunos. Tornou-se evidente, também, que os estudantes percebiam os desafios impostos aos seus professores da educação básica, com relatos em relação a esses profissionais e as dificuldades que enfrentam para a realização do seu trabalho, dificuldades estas ampliadas por escolhas políticas como a utilização de materiais (slides) prontos e

determinados pelo governo do estado. Nesse tema, os alunos trouxeram suas impressões de como esse formato limita o trabalho e autoria docente, denunciando ainda que alguns desses materiais apresentavam erros conceituais e de escrita.

Na participação em debates e atividades propostos, no que tange ao papel social da escola pública no Brasil, os alunos se expressaram de diferentes formas. Os trechos abaixo, retirados de atividades realizadas, exemplificam essa percepção:

> *Essa função formativa* [da escola] *tem sido ameaçada por políticas educacionais alinhadas à lógica neoliberal, que trata a educação como mercadoria e o estudante como força de trabalho a ser moldada. A BNCC exemplifica um projeto que valoriza competências e habilidades voltadas ao mercado de trabalho em detrimento de uma formação crítica e integral* (C., estudante de licenciatura, 2025).

> *[...] A falta de infraestrutura adequada, de materiais didáticos, carência de profissionais e baixos salários comprometem a qualidade do ensino. A precariedade das condições de ensino reforça um ciclo de exclusão no qual a escola, que deveria ser um espaço de emancipação e transformação social, acaba por reproduzir desigualdades* (E., estudante de licenciatura, 2025).

Esses trechos foram retirados de uma proposta de produção textual com o tema “A função social da escola pública no Brasil”, na qual somam-se cerca de 120 produções dos estudantes. Em sua imensa maioria, essas narrativas abordam os problemas históricos, as problemáticas da escola pública atual e os desafios postos à formação dos jovens. Por se tratar de um relato de experiência, esses relatos não foram registrados e organizados de forma sistemática, porém, se aproximam de outras pesquisas no campo da educação, que problematizam as dinâmicas impostas à escola na atualidade, principalmente a partir da BNCC (Brasil, 2017) e do novo Ensino Médio (Barbosa; Alves, 2023; Cássio; Goulart, 2022).

> *A escola pública brasileira enfrenta diversos desafios, são eles: a desigualdade de acesso, a precarização das estruturas e a desvalorização dos profissionais da educação. Agravando esse cenário, o liberalismo educacional reforça a lógica de mercado e compromete o caráter coletivo e democrático do acesso à educação. Portanto, é necessário reafirmar a função social da escola como espaço democrático de acesso ao conhecimento e caminho de formação cidadã* (L., estudante de licenciatura, 2025).

A temática da função social da escola perpassou diferentes aulas, discussões e seminários durante a disciplina, tendo sido alvo de muitas reflexões por parte dos estudantes, que se mostraram capazes de analisar criticamente suas próprias experiências como alunos da rede pública estadual, identificando novos desafios postos à entrada no ensino superior e, em linha de máxima, à própria formação humana integral e crítica.

> *Um exemplo nítido da dualidade escolar atual vem com a implementação do Novo Ensino Médio, que escancarou a diferença de níveis entre as classes sociais. O problema em questão não é uma*

> *escola para o rico e outra para o pobre, mas sim o baixo nível da escola do pobre. No entanto, a má qualidade da escola pública fortalece ainda mais o mercado privado, que aumenta a mensalidade em decorrência das novas aulas obrigatórias e mantém as disciplinas da grade antiga* (L., estudante de licenciatura, 2025).

Teorias do campo da sociologia da educação já denunciaram como a escola pode se constituir como ferramenta de controle, dominação, reprodução e aprofundamento de desigualdades. Denominadas por Saviani (2021) como teorias crítico-reprodutivistas, elas apontam para a dependência da educação em relação à sociedade. Essas teorias contribuem para maior compreensão acerca das relações existentes entre a escola e a sociedade, porém, ao assumir a escola como espaço-tempo de apenas produção e reprodução das condições estabelecidas revelam uma visão fatalista, com pouca abertura à ação humana intencional e consciente, possível de ser realizada no processo educativo. Entretanto,

> *Apesar dos problemas, a escola é, por muitas vezes, um dos poucos lugares onde o aluno terá acesso a conhecimentos, cultura, lazer, pensamento crítico, mesmo que não em plenitude. Para muitas famílias, a escola é o único lugar onde se pode sonhar com algo melhor para suas vidas. E sonhar é importante para que se queira algo melhor para si e para a sociedade, e que se questione como fazer essa mudança* (G., estudante de licenciatura, 2025).

De uma perspectiva crítica, portanto, é necessário reconhecer e recuperar o papel e a importância da escola na transformação da sociedade. Embora o cenário seja complexo e desafiador, na contramão de uma visão pessimista e determinista, entende-se que a escola pode – e deve – cumprir outro papel na formação e na vida das crianças e jovens brasileiros. Como alerta Saviani (2023, p. 148),

> [...] ao mesmo tempo que a educação é duramente atacada pelos agentes governamentais, agora de modo especial na maioria dos estados e municípios, ela se põe como uma trincheira na luta em defesa da civilização contra a barbárie. É essa a tarefa ingente e urgente que se impõe a nós professores: assegurar a todos os estudantes, sem exceção, o conhecimento das condições objetivas como antídoto às ilusões ideológicas e às informações falsas difundidas pela mídia tradicional e pelas redes sociais.

Assim, as reflexões suscitadas neste relato, e no próprio desenvolvimento da disciplina, vão ao encontro do reconhecimento de que não existe neutralidade, pois educação é um ato político e limitá-la a sua função técnica é colocá-la a serviço de determinados interesses (Saviani, 2000, 2021). Isso exige dos professores – já atuantes e dos professores ainda em formação – uma postura crítica diante da realidade (econômica, social, política, educacional), revelando e discutindo suas contradições, trabalhando no combate à seletividade, discriminação e rebaixamento do ensino nas escolas públicas brasileiras. Essa luta revela ainda o combate ao

empobrecimento intelectual, cultural e científico tanto dos professores como dos estudantes.

4. Considerações finais

Na conclusão deste relato, retoma-se a perspectiva de como o campo da educação é um espaço/tempo no qual diversas lutas são travadas. Assim, apesar das limitações sociais, históricas, políticas e econômicas, identifica-se, na realidade social e escolar, um determinado grau de liberdade, no qual não os resultados não são totalmente delimitados pela realidade material atual.

É necessário reafirmar, portanto, que o objetivo primeiro da educação escolar está na transformação de pessoas na direção de um ideal humano superior, voltadas à possibilidade de ação criadora e transformadora, tanto das próprias pessoas como de suas condições objetivas de vida (Martins; Duarte, 2010, Saviani, 200, 2021). Como uma possibilidade de ir além, a materialização de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade envolve assumir a escola como uma realidade histórica e, por isso, suscetível de ser intencionalmente transformada pela ação humana, em especial, pelos professores e estudantes que dela fazem parte.

Embora, no cenário atual, existam diversas ações e políticas que atacam a busca por uma educação pública, democrática e de qualidade para cada vez mais brasileiros, reitera-se a contribuição específica da educação no processo de transformação social. Diferentemente de esperar pela realidade ideal, o que é possível e necessário, é atuar no âmbito das instituições já existentes, impulsionando-as dialeticamente em direção a novos objetivos (Saviani, 2000). Esse processo exige uma forte formação consistente e científica para os professores, mas também que aprendam a se aprofundar nas reflexões de cunho filosófico, que vão ao encontro da identificação dos fins da educação, bem como das concepções de ser humano e de sociedade.

Ao retomar a pergunta da qual partiu esse relato – Qual a função da escola pública? – as reflexões suscitadas nesse texto levam ao posicionamento necessário acerca do atual cenário educacional brasileiro, marcado pelo avanço de uma perspectiva conservadora e neoliberal, que aprofunda desigualdades e assume as crianças e jovens brasileiros como mão de obra barata para o mercado de trabalho.

Na contramão dessa perspectiva, a escola – professores, estudantes e comunidade – precisam resistir e lutar tendo em vista a efetivação de sua real função social: garantir a população brasileira o acesso a educação pública de qualidade,

crítica, humana, democrática e emancipatória. A educação, em linha de máxima, também visa ampliar as possibilidades de participação desses sujeitos na sociedade.

Essa luta revela o compromisso com a humanização e conscientização, tornando os indivíduos capazes de conhecerem os elementos de sua realidade, de modo a poder intervir e transformá-la. Embora não seja fruto de uma pesquisa com organização sistemática de dados, esse relato se aproxima desse objetivo e desse movimento. Finalmente, conclui-se que o desenvolvimento da disciplina reafirma a relevância dessas temáticas para a consolidação de uma educação crítica e comprometida com a transformação da realidade educacional e social, o que passa, necessariamente, pela qualidade da formação inicial dos futuros professores.

6. Principais referências

BARBOSA, Renata Peres.; ALVES, Natália. A reforma do ensino médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **e-Curriculum** [online]. vol.21, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola,** v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620 . Acesso em: 19 maio 2026.

LEAL, Joselice da Rocha; LIMA, Aline Moraes. Concepção pedagógica da DCN e da BNCC: algumas reflexões (im)pertinentes. **Work. Pap. Linguíst**., 22(1), Florianópolis, jan./jul., 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/74467 . Acesso em: 19 maio 2026.

LOMBARDI, Jose Claudinei; SANFELICE, José Luis (Orgs.) **Liberalismo e educação em debate**. Campinas: Autores Associados, 2007. 224 p.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000. 247 p.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. 114 p.

SAVIANI, Dermeval. **Educação, Pedagogia Histórico-Crítica e BNCC**. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

SOUZA, Alice Moraes Rego de; GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio de. Uma análise discursiva da BNCC antes e depois do golpe de 2016. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 97-116, 2º sem. 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43979/25143 . Acesso em: 19 maio 2026.